



Sanjaya Lall: "Não abrir tanto a economia pode tornar governos fortes para enfrentar a força da tecnologia"

## Ricupero pede renegociação com FMI

Do Rio

O embaixador Rubens Ricupero defendeu ontem a renegociação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo futuro governo eleito. Ele considera que a exigência de um superávit primário fiscal que tem como piso 3,75% do PIB durante 3 a 4 anos vai levar o país para o mesmo caminho da Argentina. Na sua avaliação, só a nova administração poderá fazer este acerto com o Fundo, pois "vivemos um momento de emergência por causa das eleições".

"O próximo governo deveria procurar mostrar, tanto ao FMI quanto aos credores, que os critérios do acordo têm que ser aplicados com flexibilidade para que o Brasil volte a crescer, pois este superávit primário só poderá ser atingido se o mundo estivesse crescendo, se pudéssemos exportar muito mais e se o setor privado pudesse substituir o governo. Mas não estou vendo nem uma coisa, nem outra acontecendo".

Para Ricupero, o FMI aceitaria a proposta da nova administração brasileira de rever o acordo firmado com o governo FHC, pois o Fundo "está hoje muito pressionado por

críticas e poderia rever o acordo sobretudo se fosse ligado a um projeto social contra a pobreza". Durante sua intervenção no painel do BNDES sobre "A nova agenda mundial: revolução tecnológica e integração global", chamou a atenção dos participantes para os acontecimentos que resultaram na tomada do presídio Bangu 1, no Rio, pelo narcotráfico na noite de quarta-feira.

"Por pouco não temos uma nova tragédia como a do Carandiru. O episódio, para mim, é resultado da falência do Estado brasileiro, onde o Estado não tem mais o poder de coação numa cidade como o Rio". Na sua análise, destacou que o país tem de retomar o desenvolvimento para superar esta situação, entre outras. "Me permito sugerir que há uma ligação entre estes acontecimentos e nosso superávit primário fiscal", disparou, lembrando que boa parte da verba de segurança foi empenhada para se alcançar a meta fiscal.

Para ele, as recomendações dadas pelos economistas — que falaram no painel — enfatizando que o Brasil tem que exportar mais para se inserir no contexto internacional e voltar a crescer, como falou Albert Fishlow, da universidade de Columbia, têm que ser qualifica-

das. O embaixador ressaltou que é favorável ao aumento das exportações, mas e tudo depende da oferta de produtos brasileiros. "Acho nossa oferta muito ruim".

No caso, a pauta de exportações do Brasil se concentra em produtos mais complicados a nível mundial, sempre alvo de protecionismos e grande competitividade, como o aço, açúcar, óleo de soja, etanol. Devido a esta oferta complicada o Brasil tem dificuldades de expandir suas exportações no curto prazo e isto explica o medo de negociar. Seja na Alca, seja onde for, a solução dessa dificuldade é resolver a questão da oferta, que é estreita em qualidade e quantidade.

A seu ver, a solução brasileira não pode ser parecida com a do México, colado nos EUA, nem pelo caminho da alta tecnologia, como enfatizou Sanjaya Lall, professor e economista da universidade de Oxford. "Tecnologia e valor agregado não vale só para eletrônica, mas também para os agrícolas", avaliou. Ele lembrou que a Austrália concentra 60% de suas vendas em commodities minerais e agrícolas e é um sucesso. (VSD)

**Mais sobre o acordo com o Fundo na página C1**